



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Os resíduos domésticos e da construção civil são tratados em Macau, os primeiros na Central de Incineração, enquanto os últimos são transportados directamente para uma zona de aterro. Segundo a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), o aterro dos resíduos da construção civil está a atingir o seu grau de saturação, e aquela já recorreu a diversas medidas de acompanhamento para resolver a situação.

Segundo uma notícia divulgada no mês passado, o Governo da RAEM e as entidades competentes do Interior da China estão a discutir sobre o tratamento dos materiais inertes resultantes da demolição e remoção de construções (essencialmente resíduos da construção civil) através da cooperação regional, no entanto, ainda não existe uma calendarização para o efeito.

De facto, o tratamento dos referidos resíduos pode ser efectuado por via da cooperação regional, mas entretanto, os aterros podem atingir o seu ponto de saturação, por isso, o Governo deve assumir a perspectiva da protecção ambiental e reduzir os resíduos logo a partir da fonte. De facto, as componentes de grande parte dos resíduos da construção civil podem ser reutilizadas depois de devidamente seleccionadas, o que só contribuirá para reduzir a pressão dos aterros e para diminuir a poluição ambiental. Infelizmente, em Macau não se faz reciclagem dos resíduos da construção



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

civil, por isso, tanto estes como os resíduos domésticos não incineráveis são transportados para a zona de aterro, o que só aumenta, em grande medida, a referida pressão. Segundo as “Estatísticas do Ambiente 2012”, os resíduos da construção civil atingiram 2 milhões 420 mil metros cúbicos, um aumento de 49,6% em comparação com 2011. E no ano passado, segundo se sabe, ultrapassaram os 4 milhões de metros cúbicos.

Em Julho do ano passado, interpelei o Governo sobre a promoção de medidas para a reciclagem e redução dos resíduos logo a partir da fonte, a fim de se prolongar o prazo de utilização da zona de aterro, mas, infelizmente, até agora ainda não se viu nenhuma solução concreta.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo as previsões do Governo, o aterro dos resíduos da construção civil atingiria o seu ponto de saturação no ano passado. Então, já atingiu a saturação? De que medidas dispõe o Governo para resolver, quanto antes, este problema?
2. Em Setembro do ano passado, na resposta à minha interpelação, a DSPA afirma que: “Os governos de Guangdong e de Macau assinaram, em Junho de 2013, um acordo de cooperação. Na primeira fase, cabe a Macau dar início à construção de instalações para a selecção de materiais inertes resultantes da demolição e remoção de construções, para posterior transferência, tratamento e reutilização transfronteiriça”.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Qual é o ponto da situação disto? Segundo as previsões, quando é que esses trabalhos vão estar concluídos?

3. O Governo tem salientado que a “redução de resíduos a partir da fonte e a respectiva reciclagem selectiva” é objectivo importante da sua política de tratamento de resíduos. Ao longo destes últimos anos, a DSPA avançou com várias acções e estudos sobre a construção de instalações para tratamento de resíduos. Qual é o ponto da situação desse trabalho? Quanto custa, respectivamente, a incineração de um metro cúbico de resíduos domésticos e o tratamento em aterro de um metro cúbico de resíduos da construção civil?

A Deputada à Assembleia Legislativa

Kwan Tsui Hang

30 de Maio de 2014